

A CENTRALIDADE DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NO CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

Paulo Alentejano

paulinhochinel@gmail.com

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho busca demonstrar como o poder do latifúndio e mais recentemente do agronegócio tem bloqueado a democratização da terra e impedido a realização da reforma agrária, ao mesmo tempo em que avançam medidas contra os direitos de camponeses, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais e os processos de expropriação e violência protagonizados pelo grande capital. Neste contexto, o avanço do agronegócio no espaço agrário, resultado de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho concentra riqueza, devasta o ambiente e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho.

Introdução

O presente trabalho busca, através da compilação e análise crítica de um conjunto de dados estatísticos sobre a produção agropecuária, a ocupação das terras e as políticas agrárias no Brasil, demonstrar como o poder do latifúndio e mais recentemente do agronegócio tem bloqueado a democratização da terra e impedido a realização da reforma agrária, limitando a política agrária dos sucessivos governos a ações pontuais de criação de assentamentos em áreas de conflito e a uma mal disfarçada colonização/contra-reforma agrária na fronteira amazônica.

Ao mesmo tempo avançam as medidas contra os direitos de camponeses, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais e os processos de expropriação e violência, protagonizados pelo grande capital em seu movimento de acumulação que combina extração da mais-valia e expropriação da natureza e de direitos (Harvey, 2004).

Neste contexto, o avanço do agronegócio no espaço agrário brasileiro pauta-se principalmente pela expansão da produção de grãos (sobretudo para ração animal) e cana-de-açúcar (principalmente para produção de agrocombustíveis – etanol), criação de animais (principalmente bovinos) e plantio industrial de árvores (para fabricação de papel e celulose ou carvão vegetal), todas visando a exportação e/ou transformação industrial, como resultado de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Para dar vazão a essa expansão, o capital lança mão de diferentes estratégias que tem em comum a recusa às formas de regulação e apropriação pública ou comunal das terras e a afirmação cada vez mais profunda da lógica privatista.

Assim, a luta pela terra adquire novos contornos, ainda que preserve seu conteúdo: a luta dos camponeses, indígenas e quilombolas contra a usurpação das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio e contra um modelo agrário que concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo); a luta por uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica.

1. A persistência da concentração fundiária e o bloqueio da reforma agrária no Brasil

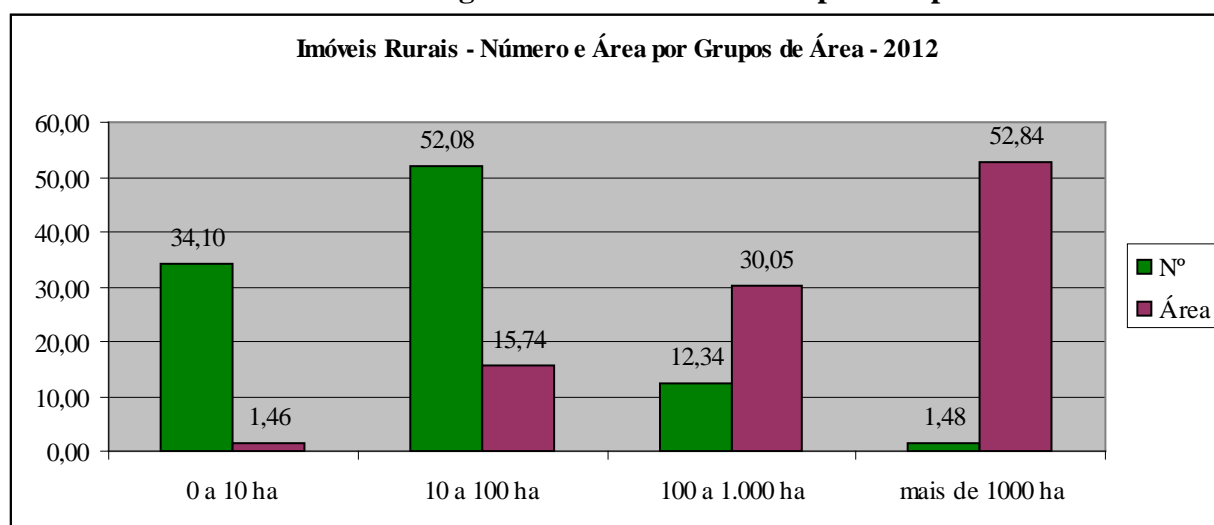
A concentração fundiária é talvez a principal marca histórica do campo brasileiro. Inaugurada com o instrumento colonial das sesmarias, foi intensificada pela Lei de Terras de 1850 e se manteve intacta pelos sucessivos bloqueios impostos à reforma agrária na história do país.

Segundo o último Censo Agropecuário, o índice de Gini permaneceu praticamente estagnado nas últimas duas décadas, passando de 0,857 em 1985 para 0,856 em 1995/1996 e 0,854 em 2006. Em alguns estados, entretanto, apresentou aumentos expressivos, como em Tocantins (9,1%), Mato Grosso do Sul (4,1%) e São Paulo (6,1%). O aumento da concentração fundiária nestes estados está

relacionado à expansão das grandes culturas de exportação e ao avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia - impulsionada pela criação de bovinos e pela produção de grãos, em especial a soja. No caso de São Paulo, o crescimento deveu-se à cultura de cana-de-açúcar (estimulada pelo maior uso de álcool com o carro flex e pelos bons preços do açúcar) e no Mato Grosso do Sul, além da cana, deveu-se também à expansão do plantio de eucalipto.

Os dados do Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela administração fundiária no país, revelam que os imóveis com menos de 10 ha são 34,10% do total, mas ocupam apenas 1,46% da área e os com mais de 1.000 ha representam apenas 1,48% do total de imóveis, mas controlam 52,84% da área. Somados os imóveis com menos de 100 ha correspondem a 86,2% do total e possuem menos de 20% da área, ao passo que os com mais de 100 ha são menos de 15% dos imóveis e concentram mais de 80% da área.

Gráfico 1 – Imóveis Rurais segundo o Número e a Área por Grupos de Área - 2012



Fonte: Estatísticas Cadastrais do Incra, 2012 – Organizado pelo Autor.

Esta enorme concentração da propriedade da terra, evidenciada pelo Gráfico 1, acima, faz do Brasil um dos campeões mundiais de desigualdade na distribuição das terras, fruto da longa história de domínio do latifúndio sobre o campo brasileiro, que remonta aos anos iniciais da colonização portuguesa, mas também de processos relativamente recentes, como a modernização conservadora da agricultura brasileira conduzida pela ditadura empresarial-militar entre 1964 e 1985, resultando na adaptação da agropecuária brasileira à lógica da revolução verde¹. Carter define assim esse processo:

...o atual modelo de desenvolvimento rural do país, fundado na promoção do agronegócio e na proteção das grandes propriedades de terras, foi desenvolvido e financiado pelo regime militar. (CARTER, 2010: 514)

Ou como prefere Delgado (2010: 88), estamos diante de um “pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador” que articulou as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial com a moderna indústria e o setor financeiro, resultando no agronegócio, definido por ele como a “*associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado*” (Delgado, 2006:1).

Assim, apesar da pressão realizada pelos movimentos sociais rurais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo das três últimas décadas, através de inúmeras

¹ A revolução verde consiste na modernização técnica da agricultura – baseada em mecanização, quimificação e melhoramento genético – gestada nos EUA e difundida no Terceiro Mundo a partir dos anos 1950 sob o pretexto de combater a fome e a miséria, mas que visava na realidade combater o perigo da revolução vermelha/comunista que chegava à China no fim da década de 1940 e ameaçava se espalhar pelo resto do Terceiro Mundo.

ocupações de terra, visando a realização de uma reforma agrária que democratizasse a terra no Brasil, o máximo que se conseguiu foi a criação de assentamentos rurais, sem uma efetiva transformação na estrutura agrária.

Da mesma forma, as lutas pela demarcação das terras indígenas e pelo reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas, que se acentuam a partir da década de 1980, encontraram inúmeras resistências para sua efetivação.

Nos últimos anos, diante da expansão do agronegócio, de sua crescente importância para a sustentação do modelo econômico e de sua legitimação político-ideológica pela propaganda midiática, os sucessivos governos abandonaram a reforma agrária e a política de demarcação de terras indígenas e quilombolas.

A Tabela 1, abaixo, evidencia que em dois momentos a mobilização social pela reforma agrária no Brasil conseguiu forçar os governos a assentar um número expressivo de famílias: entre os anos de 1995 e 1998 e 2003 e 2006. Trata-se, respectivamente do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do primeiro governo Luiz Inácio *Lula* da Silva. No primeiro caso, estamos diante da grave crise econômica e social gerada pela implantação das políticas neoliberais no Brasil, com o crescimento generalizado do desemprego no campo e nas cidades, empurrando uma massa de trabalhadores para a luta pela terra, combinado com os trágicos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás que colocaram na defensiva o governo FHC. No segundo caso, foi a esperança gerada pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo e a mobilização social decorrente disso, com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária.²

Tabela 1 – Famílias assentadas e área incorporada – Brasil – 1985/2014

Ano	Famílias assentadas	Área (hectares)
Até 1994	58.317	16.290.069
1995	42.912	2.683.062
1996	62.044	2.515.865
1997	81.944	4.165.754
1998	101.094	3.025.000
1999	85.226	2.303.118
2000	60.521	2.151.574
2001	63.477	1.829.428
2002	43.486	2.401.925
Total (governo FHC)	540.704	21.075.726
2003	36.301	4.526.138
2004	81.254	4.687.393
2005	127.506	13.437.558
2006	136.358	9.237.949
2007	67.535	5.747.068
2008	70.157	4.143.246
2009	55.498	4.633.822
2010	39.479	1.878.008
Total (governo Lula)	614.088	50.194.064

² O I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi lançado em 1985, no governo Sarney, após o fim da ditadura, como resultado de um compromisso do presidente eleito Tancredo Neves com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com a morte de Tancredo e a posse de Sarney este herdou o compromisso e lançou o plano, mesmo a contragosto, mas tratou de boicotá-lo nos bastidores, contando para isso com a oposição aberta da União Democrática Ruralista (UDR), entidade de fazendeiros criada para combater a reforma agrária, e a cumplicidade da burocracia do Inca que minou a aplicação do I PNRA. Como resultado, menos de 5% das metas de assentamentos foi realizada.

2011	22.021	1.902.884
2012	6.132	328.745
2013	10.200	525.161
2014	2.268*	205.310*
Total (governo Dilma)	40.621*	2.962.100
TOTAL GERAL	1.251.462	88.619.077

Fonte: Incra.

Entretanto, os dados também revelam que no segundo governo FHC houve redução na criação de assentamentos, o que decorreu da ofensiva lançada pelo governo contra os movimentos sociais, alvo de forte criminalização, incluindo a proibição da desapropriação de terras ocupadas. Porém, o mais grave é verificar que a partir do segundo governo Lula também há uma regressão na política de assentamentos e isto se intensifica no primeiro governo Dilma, sendo que neste caso, não estamos diante de uma ofensiva de um governo de direita contra os movimentos sociais, mas do abandono da política de criação de assentamentos por governos supostamente de esquerda, resultado do bloqueio estrutural da reforma agrária em favor da expansão do agronegócio.

Isto se torna ainda mais evidente quando observamos os gráficos 2 e 3, abaixo, que demonstram que o número de imóveis desapropriados e a área desapropriada reduziu-se nos últimos governos, sendo que no primeiro governo Dilma a política de desapropriação de terras foi praticamente abandonada.

Gráfico 2 – Número de Imóveis Rurais Desapropriados por Governo – Brasil – 1985/2011

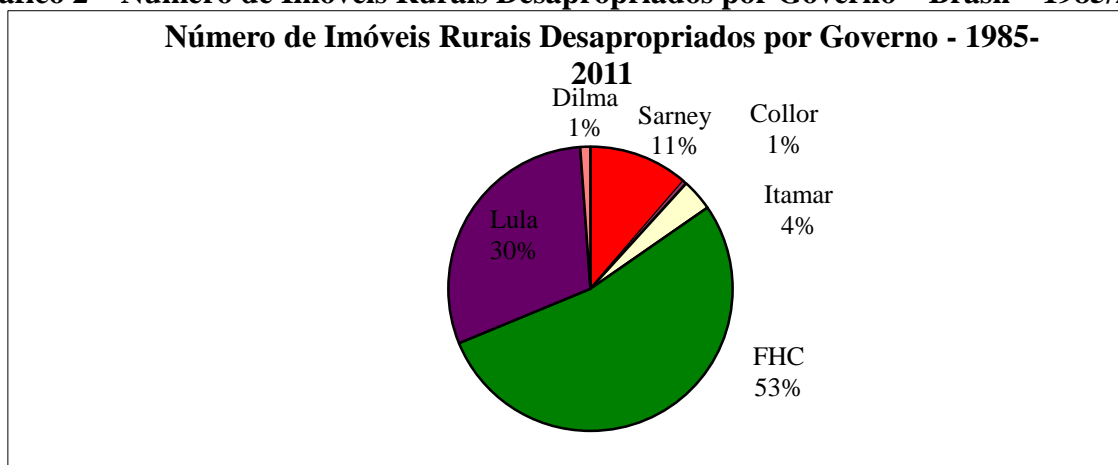
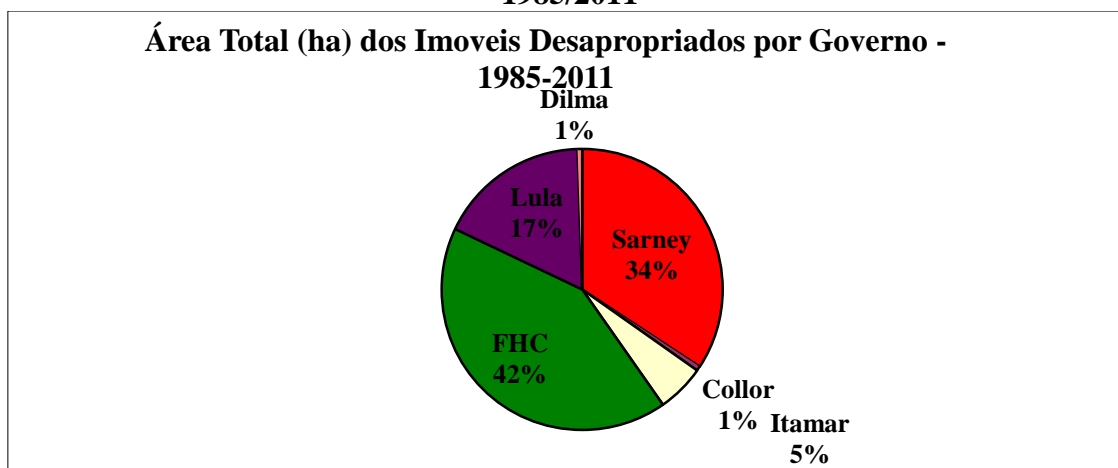


Gráfico 3 – Área Total (há) dos Imóveis Rurais Desapropriados por Governo – Brasil – 1985/2011



Fonte: DT/Gab/Monitoria - INCRA-14/dez/2012

Ou seja, o governo brasileiro atualmente não transfere terras dos latifúndios para os trabalhadores rurais sem terra, no máximo concede algumas terras públicas para assentar famílias. O cenário não é muito diferente quando analisamos a situação dos povos indígenas, pois também nesse caso, verifica-se que vem se reduzindo a cada governo a homologação de terras indígenas, conforme evidencia a Tabela 2.

Tabela 2 – Terras Indígenas Homologadas por Governo – Brasil – 1985/2012

Presidente	Período	Terras Homologadas	Área (ha)
José Sarney	1985/1990	67	14.370.486
Fernando Collor/Itamar Franco	1990/1994	128	31.837.656
Fernando Henrique Cardoso	1995/1998	114	31.526.966
Fernando Henrique Cardoso	1999/2002	31	9.699.936
Luiz Inácio Lula da Silva	2003/2006	66	11.059.713
Luiz Inácio Lula da Silva	2007/2010	21	7.726.053
Dilma Rouseff	2011/2012	10	972.149

Fonte: Funai.

Finalmente, no que diz respeito aos quilombolas a situação é ainda mais dramática, pois das mais de 1.500 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, apenas 171 obtiveram a titulação definitiva da terra.

Tabela 3 – Territórios Quilombolas no Brasil – 2014

Títulos Emitidos	Territórios	Comunidades	Famílias	Área (ha)
171	129	218	10.087	1.008.947,6181

Fonte: Incra

De tudo isso apreende-se que a expansão e o fortalecimento do agronegócio no Brasil nos últimos anos teve como efeito colateral direto o estancamento da tímida distribuição de terras para camponeses, indígenas e quilombolas que a duras penas vinha sendo conquistada desde as lutas dos anos 1980 e que nem de longe arranhara a histórica desigualdade na distribuição das terras no Brasil, como evidencia a Tabela 4, abaixo, que demonstra que os latifundiários permanecem controlando mais terras no Brasil que qualquer outro segmento da nossa sociedade.

Tabela 4 – Distribuição das terras no Brasil - 2014

	Número	Área (milhões de ha)	% do Território Brasileiro
Unidades de Conservação	1098	144,6	17
Terras Indígenas	584	119,1	14
Assentamentos Rurais	9128	88,6	10,2
Territórios Quilombolas	129	1,0	0,2
Imóveis Rurais	5.600.000	509,3	63,6
Latifúndios	168.000	280,1	32,9

Fonte: Funai, MMA, Incra – Organizado pelo Autor

Obs.: A soma das áreas supera o total da área do país porque latifúndios, territórios quilombolas e assentamentos rurais também fazem parte do universo total de imóveis rurais.

Apesar de dominar a maior parte das terras do país e manter boa parte delas (120 milhões de hectares) improdutiva, o latifúndio/agronegócio segue buscando ampliar seu controle sobre estas e pressionando o governo a não destinar mais áreas para unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos rurais e, ainda pior, segue pressionando pela revisão das áreas já destinadas a estes fins, ou, no caso dos assentamentos, pela recolocação destas no mercado de terras, via titulação privada dos lotes.

Buscaremos na seqüência apontar os fatores que impulsionam a voracidade do capital por terras no Brasil e outras conseqüências deste processo de expansão do agronegócio.

2. Expansão do agronegócio, acumulação por espoliação e insegurança alimentar

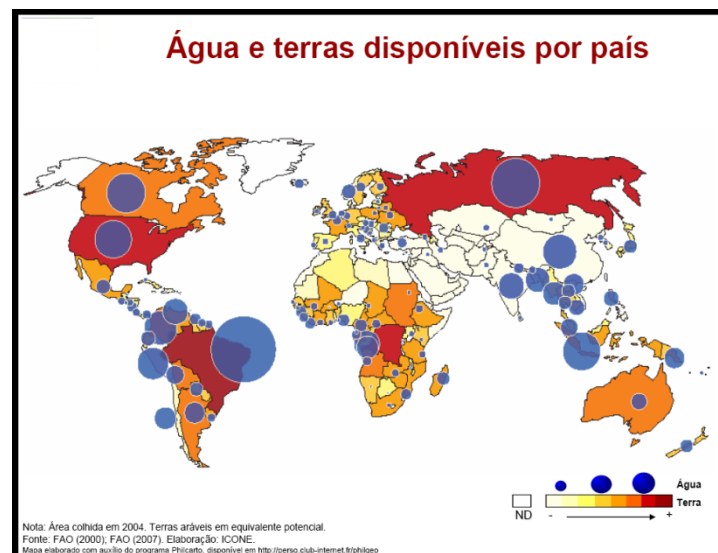
Da mesma forma que a concentração fundiária não é uma novidade histórica no Brasil, mas renova-se a cada momento, presenciamos hoje uma nova onda de internacionalização da nossa agricultura, na qual se combinam o domínio tecnológico e financeiro da nossa agricultura por grandes empresas transnacionais e a crescente compra de terras por empresas, fazendeiros e fundos financeiros estrangeiros.

Na definição de David Harvey, vivemos um processo de renovação do imperialismo, caracterizado pela acumulação por espoliação:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2004: 121)

A combinação em alto grau da disponibilidade de terra, água e insolação faz do Brasil um dos principais focos de atração para os capitais interessados em expandir a produção agropecuária, visto que o padrão agrícola moderno, derivado da revolução verde, é intensivo em terra, água e energia. A tropicalidade (abundância de sol e água) dominante em nosso território garante a intensidade dos processos de fotossíntese, acelerando o metabolismo das plantas e seu processo de crescimento, o que favorece ainda mais à acumulação de capital na agricultura, por contribuir para reduzir a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção. O mapa a seguir aponta o Brasil como o país que possui, ao mesmo tempo, as maiores disponibilidades de terra e água.

Mapa 1 – Disponibilidade mundial de terras e água

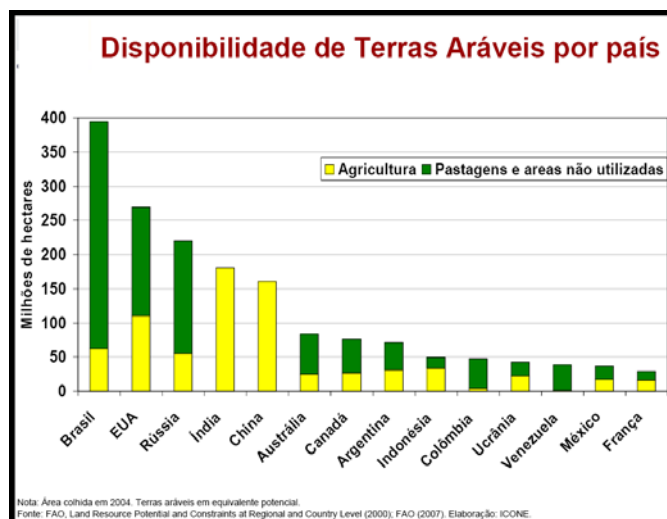


Estas *vantagens comparativas*³ para o desenvolvimento da agricultura no Brasil tornam-se ainda mais nítidas ao analisarmos os dados sobre uso da terra. O quadro a seguir demonstra que a soma

³ O uso desta expressão faz referência à noção proposta por David Ricardo no século XIX sem, entretanto, dar a esta o mesmo tratamento que faz o referido autor, pois consideramos que não se trata de vocação natural, mas de atributos

das terras não utilizadas ou utilizadas para pastagens no Brasil representa mais do que o dobro das terras nestas mesmas condições existentes nos EUA e na Rússia, os dois países que mais se aproximam do Brasil neste quesito, sem contar o fato de que estes países possuem extensas áreas recobertas permanente ou temporariamente por neve. Vale mencionar ainda que países como China e Índia, os dois países mais populosos do mundo e economias em franca expansão, não possuem mais nenhuma área para expansão da produção agropecuária.

Quadro 1 - Disponibilidade de terras aráveis



A partir disto constrói-se uma “visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola” (Almeida, 2010: 110), como parte das estratégias de expansão do grande capital na agricultura brasileira (agroestratégias na expressão de Almeida), como se nestas terras não houvessem indígenas, quilombolas, geraizeiros, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu e tantos outros que ocupam de maneira diversificada o espaço agrário brasileiro.

Estas agroestratégias articulam-se com o crescente movimento de internacionalização da agricultura brasileira verificada nos últimos anos, no qual destacam-se a intensificação: (1) do controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes *traders*, agroindústrias); (2) da compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros.

No que diz respeito ao controle das transnacionais sobre a agricultura brasileira, o que mais chama atenção nos dias de hoje é a crescente difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor, como Monsanto, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos, o que contribuiu para a transformação do Brasil no maior consumidor mundial de agrotóxicos, como veremos com detalhes adiante.

A propagação desta agricultura de base mecânico-químico-biológica embora tenha se concentrado na grande propriedade monocultora atingiu também a pequena produção familiar. Como afirma Carvalho:

Como a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, parcela dos camponeses incorporou, sob as mais distintas formas, essa noção de progresso expressa na espoliação da natureza. E, mais, com a crescente tendência da artificialização da agricultura pela burguesia sob a hegemonia do capital financeiro, da oligopolização da oferta de insumos, do beneficiamento e da comercialização da

historicamente valorizados. Nem sempre a tropicalidade foi vista como benéfica, ao contrário, no mesmo século XIX em que Ricardo viveu e escreveu, era comum a referência à hostilidade do ambiente tropical.

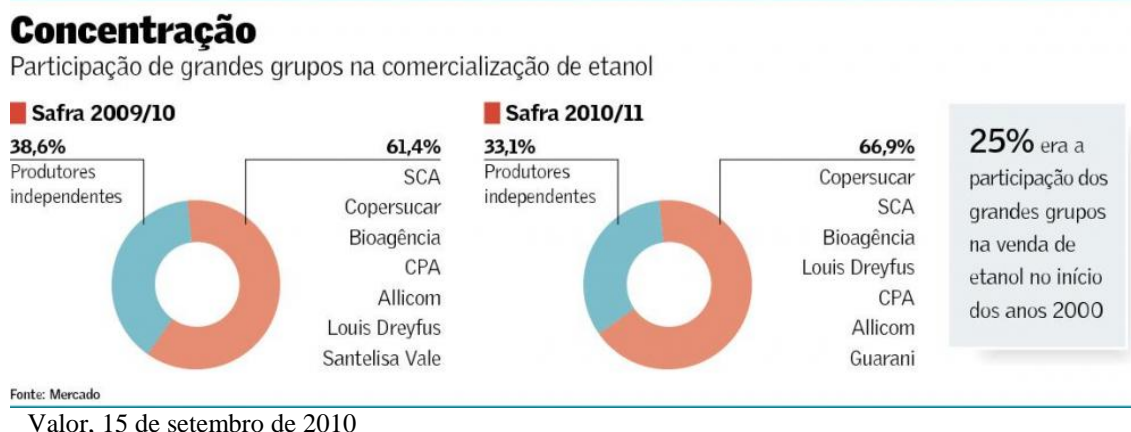
produção agrícola por umas poucas empresas transnacionais, não só a artificialização da agricultura assim como o controle oligopolista da produção agrícola nacional tornaram-se uma realidade incontestável porque dominante e legitimada pelas mais distintas instituições da denominada democracia liberal burguesa vigente no país. (CARVALHO, 2013: 5)

Entretanto, vale observar também a ampliação do controle das transnacionais sobre a comercialização e o processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus. Segundo Delgado & Leite (2010), a participação do capital estrangeiro na agroindústria de esmagamento da soja cresceu de 16% em 1995 para 57% em 2005.

Segundo Wesz Jr. (2014), cinco grupos (AGCO – Massey Ferguson, CNH – Case e New Holland, John Deere, Valtra e Agrale) controlam 100% da produção de tratores e colheitadeiras no Brasil; outros seis grupos controlam 86% do mercado de fertilizantes (Bunge, Fertipar, Mosaic, Yara e Heringer); seis empresas controlam 75% do mercado de “defensivos” (Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, DuPont e Dow Chemical); e as cinco maiores processadoras (ADM, Bunge, Cargill, Dreyfuss e Amaggi), através de fusões e aquisições e por meio de estratégias de verticalização passaram a controlar 65% da produção de fertilizantes, 80% do financiamento e 85% da comercialização de grãos no país.

Essas grandes corporações, originalmente concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas nos últimos anos sua atuação tem se expandido para outros setores, em especial o sucroalcooleiro, no qual a presença das grandes empresas transnacionais tem se expandido rapidamente. De acordo com Mendonça (2010), a participação de empresas estrangeiras no setor cresceu de 1% em 2000 para 20% em 2010. Este crescimento veio acompanhado de um forte processo de concentração no setor: na safra 2009/10, os sete maiores grupos controlavam 61,4% das vendas e na safra 2010/11 este percentual se ampliou para 67%.

Figura 1 – Participação de Corporações Agroindustriais na Comercialização de Etanol



Este controle cada vez maior das grandes corporações estrangeiras sobre a agropecuária brasileira evidencia-se também pela ampliação da compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos de investidores estrangeiros.

A real dimensão desse processo de aquisição de terras por estrangeiros é uma incógnita, uma vez que o Incri, órgão responsável pela administração fundiária no Brasil, não tem instrumentos efetivos de controle disto. O Sistema Nacional de Cadastro Rural é baseado em autodeclaração e praticamente não possui mecanismos de aferição de sua fidedignidade – ao contrário do que acontece com o imposto de renda que também é inicialmente baseado em autodeclaração, mas em torno do qual a Receita Federal constituiu um eficiente sistema de fiscalização⁴.

⁴ O que não significa dizer que não haja instrumentos de burla do imposto de renda, pelo contrário, há inclusive nas empresas de consultoria econômico-financeira especialistas em impostos que se dedicam à busca das brechas legais para a redução do pagamento de impostos.

De toda a forma, em 2008 existiam 34.632 imóveis registrados no SNCR como pertencentes a estrangeiros, perfazendo um total de 4.037.667 ha, sendo 83% grandes propriedades (SAUER & LEITE, 2010).

A fragilidade dos mecanismos de controle do Estado sobre o território brasileiro é reconhecida inclusive por um ex-presidente do órgão que admite que o governo não tem dados sobre investidores e pessoas físicas que já detêm terras no país e chama atenção para as brechas legais que facilitam o acesso de estrangeiros à propriedade da terra no Brasil: “Basta abrir um escritório ou estar associado a um brasileiro, que pode comprar o que quiser de terras.”⁵

Há, porém, evidências do crescente movimento de compra de terras por estrangeiros e até a grande imprensa tem publicado inúmeras reportagens sobre o tema, das quais a que reproduzimos abaixo é apenas um exemplo:

O grupo chinês, formado por investidores privados, mas com o governo da China como sócio, quer comprar de 200 mil a 250 mil hectares de terras, tanto no oeste da Bahia quanto na região conhecida como Mapito, o cerrado do Maranhão, Piauí e Tocantins. (...) Estimativas do mercado dão conta que exista no mundo aproximadamente US\$ 20 bilhões disponíveis para compra de terras agrícolas em todos os países, sendo que pelo menos US\$ 5 bilhões teriam como destino certo o Brasil. (...) Esses investidores estão de olho em 20 milhões de hectares disponíveis para a agricultura, que estão fora do bioma amazônico e não são áreas de pastagem. Desse total, a estimativa é que pelo menos 4 milhões de hectares sejam divididos por 15 grandes grupos, entre investidores estrangeiros e empresas nacionais profissionalizadas, interessados tanto na aquisição de terras para investimento quanto na produção de grãos e fibras. (...) Levantamento feito pelo Valor mostra que essas empresas já possuem pelo menos 2 milhões de hectares, a maior parte deles no Mapito e no oeste baiano, mas também em terras em Mato Grosso. (...) De modo geral, existem dois grupos de investidores. O primeiro, geralmente formado por fundos interessados em aplicações de longo prazo na aquisição de terras baratas para torna-las produtivas e ganhar na valorização e um segundo interessado em terras para produção. (Valor Econômico - 27/05/2010)

Há, portanto, controvérsias sobre o volume de terras pertencente a grupos, empresas e fazendeiros estrangeiros, assim como são diferentes os interesses que impulsionam este novo movimento de internacionalização das terras no Brasil, mas não há como negar a existência e a gravidade de tais processos, da mesma forma como é inegável a contribuição disto para a fragilização de nossa soberania territorial. Isto aliás não é um fenômeno que se restringe ao território brasileiro, como demonstram estudos recentes:

Só entre outubro de 2008 e agosto de 2009, foram comercializados mais de 45 milhões de hectares, sendo que 75% destes na África e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e Argentina, impulsionando aquilo que se convencionou chamar, na expressão em inglês de “land grabbing”. (SAUER & LEITE, 2010: 1).

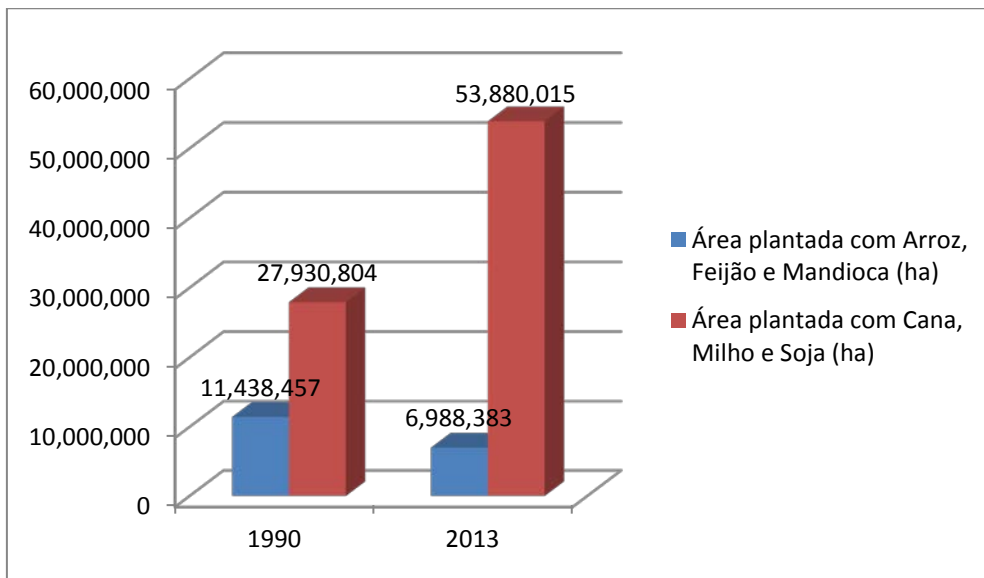
Segundo estes autores, são três os fatores que impulsionam este movimento: governos de países com pouca disponibilidade de terra e preocupados com o abastecimento alimentar que buscam além de suas fronteiras terras para expandir a produção agropecuária; empresas financeiras em busca da apropriação da renda da terra; empresas do setor agroindustrial que buscam expandir seus lucros e seu controle sobre o processo de produção.

As conseqüências desta crescente internacionalização da agricultura brasileira se refletem nas transformações do padrão produtivo da agropecuária brasileira e na segurança alimentar, pois nas últimas décadas a área plantada com alimentos básicos decresceu, ao passo que a área destinada a

⁵ Afirmação feita por Rolf Hackbart, ex-presidente do Incra durante palestra no BNDES no Rio de Janeiro em 2008.

cultivos voltados majoritariamente para exportação e fins industriais (produção de ração, energia e papel e celulose) cresceu, como pode ser observado no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4 – Área plantada com produtos selecionados (ha) – Brasil – 1990/2013

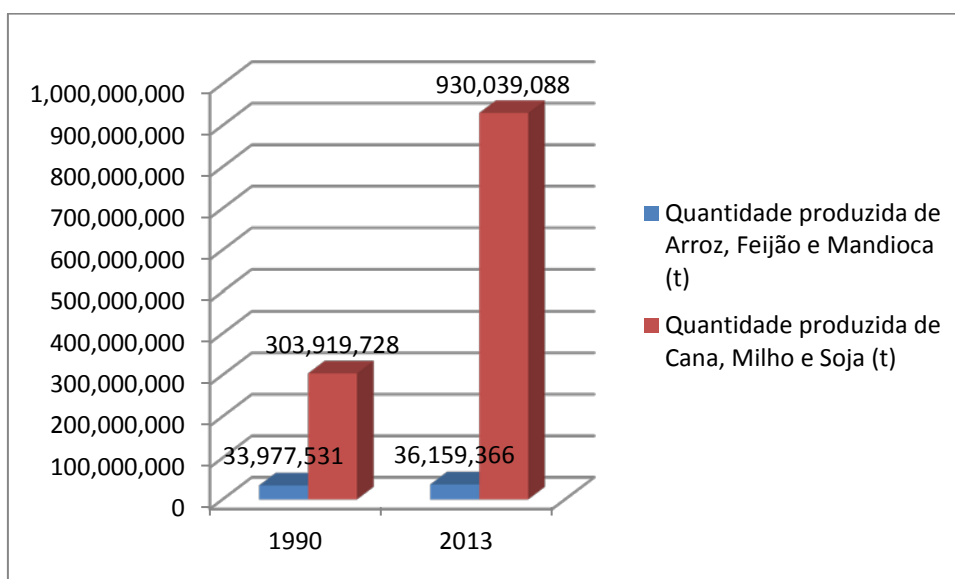


Fonte: IBGE.

Os dados acima indicam que a área plantada com Cana, Milho e Soja cresceu quase 26 milhões de ha, ao passo que a área plantada com Arroz, Feijão e Mandioca diminuiu cerca de 4,5 milhões de ha. Assim, a área plantada com os três primeiros produtos que em 1990 já era 2,44 vezes superior à plantada com os outros três, passou a ser 7,71 vezes maior.

A prioridade dada para a produção de *commodities*, em detrimento dos alimentos básicos fica ainda mais evidente quando analisamos o dado referente à quantidade produzida, conforme o Gráfico 5, abaixo.

Gráfico 5 – Quantidade produzida de produtos selecionados – Brasil – 1990/2013



Fonte: IBGE.

Pelos dados acima, enquanto a produção de Cana, Milho e Soja aumentou quase 630 milhões de toneladas, a produção de Arroz, Feijão e Mandioca cresceu pouco mais de 2 milhões de toneladas ao longo desses mais de 20 anos. Assim, em 1990 a quantidade produzida das três commodities era 8,94 vezes superior à dos três alimentos básicos, já em 2013 passou a ser 25,72 vezes maior.

A insegurança alimentar revela-se de forma ainda mais clara quando observamos que, com exceção do arroz, no caso dos demais produtos alimentares básicos houve redução da disponibilidade per capita de alimentos. Em 1990 o Brasil produzia 50 kg de Arroz por habitante e passou a produzir 61 kg/hab em 2013. Já no caso do Feijão a disponibilidade caiu de 15,2 kg/hab em 1990 para 15,1 kg/hab e no caso da Mandioca a queda foi de 165 kg/hab para 112 kg/hab.

Outro dado revelador dos caminhos da produção agropecuária brasileira é o relativo à expansão da criação de bovinos no Brasil, atividade que se caracteriza pelo caráter extensivo, e cujo número de cabeças já é maior que o número de brasileiros. Neste caso observamos que a criação de bovinos expandiu-se em todas as regiões do país, mas com destaque para o Centro-Oeste que possui o maior rebanho bovino do país e o Norte que teve maior crescimento no período (triplicou o rebanho) e assumiu a condição de segundo maior rebanho do país, ultrapassando o Sudeste.

Por fim, vale registrar também o grande crescimento da produção de madeira no país a partir da silvicultura, isto é a produção em escala industrial de árvores para fabricação de papel e celulose ou carvão vegetal, ou ainda madeira para a indústria moveleira, da construção civil, entre outros usos.

A insegurança alimentar revela-se ainda por meio do aumento desenfreado do consumo de agrotóxicos na agricultura brasileira que transformou o país desde 2008 no maior consumidor mundial de agrotóxicos. Segundo a ABRASCO a utilização de agrotóxicos nas lavouras do país saltou de 599,5 milhões de litros no ano de 2002 para 852,8 milhões de litros em 2011. Tal crescimento está associado ao crescimento das lavouras de Soja, Milho e Cana, prioritariamente voltadas para exportação ou transformação industrial, as que mais consomem agrotóxicos, mas os alimentos básicos também estão sendo intensamente contaminados.

Segundo a Abrasco (2012) a área plantada com lavouras temporárias e permanentes no Brasil, cresceu de 54,5 milhões de hectares em 2002 para 71,1 milhões de hectares em 2011, um aumento de 30%. Já o uso de agrotóxicos cresceu 42% no mesmo período. Por sua vez o consumo de fertilizantes passou de 4,91 milhões de toneladas em 2002 para 6,74 milhões de toneladas em 2011, uma ampliação de 37%. Assim, o consumo de agrotóxicos no período aumentou de 11 para 12 litros/ha e o de fertilizantes de 90,1 kg/ha para 94,8 kg/ha..

Quadro 2 - Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil – 2002 a 2011.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Lavouras Temporárias e Permanentes (Milhões de hectares)	54,5	58,5	63,0	64,3	62,6	62,3	65,3	68,8	69,0	71,1
Agrotóxicos (Milhões de Litros)	599,5	643,5	693,0	706,2	687,5	686,4	673,9	725,0	827,8	852,8
Fertilizantes (Milhões de Kilogramas)	4910	5380	6210	6550	6170	6070	6240	6470	6497	6743

Fonte: ABRASCO, 2012 – Organizado pelo Autor.

Dentre os principais tipos de agrotóxicos consumidos no Brasil destacam-se os herbicidas que representaram 45% do total de agrotóxicos comercializados, seguidos dos fungicidas que respondem por 14% do mercado nacional e dos inseticidas que correspondem a 12%, cabendo aos demais tipos 29%. (ABRASCO, 2012: 15/16)

Quando consideradas as lavouras, observamos que em 2011, o consumo médio de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) por hectare de soja foi de 12 litros, o de milho 6 l/ha; de algodão 28 l/ha; de cana 4,8 l/ha; de cítricos: 23 l/ha; de café: 10 l/ha; de arroz 10 l/ha; de trigo: 10 l/ha e de feijão: 5 l/hectare. (ABRASCO, 2012: 20)

Portanto, tanto de vista da quantidade, quanto da qualidade, a oferta de alimentos básicos no Brasil se deteriora no rastro da expansão do agronegócio, sob o controle das grandes corporações transnacionais que controlam a agricultura mundial e cada vez mais também a brasileira, em aliança com o velho latifúndio e a sustentação política e econômica do Estado e das elites agrárias brasileiras. Como diz Carvalho:

O denominado agronegócio vigente no país (as empresas capitalistas direta e indiretamente relacionadas com o campo) enaltece e reproduz sem se ruborizar, pela promoção consciente da subalternidade colonial brasileira perante as economias altamente desenvolvidas, a primarização da economia exportadora nacional onde predomina a espoliação da natureza. (CARVALHO, 2013: 10)

E ao fazê-lo perpetua um modelo calcado na violência, na exploração do trabalho e na devastação ambiental.

Conclusão

O modelo agrário dominante no Brasil, ancorado no tripé latifúndio-monocultura-agroexportação, é historicamente violento, injusto e devastador e a longa história de luta dos trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais contra esse modelo tem denunciado frequentemente as mazelas que produz. A reprodução da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental acompanham a expansão do agronegócio, expressão moderna das velhas práticas no agro brasileiro.

Os ideólogos do agronegócio usam agora a expressão “produção de commodities” para designar a produção em larga escala e de forma especializada de Cana, Milho, Soja, outrora denominada simplesmente monocultura. Rejeitam a noção de latifúndio, afirmando que é a moderna tecnologia e a elevada produtividade que marcam o campo brasileiro. Dizem que não existe trabalho escravo no campo, mas uma “cultura trabalhista diferenciada”. E que a agricultura brasileira é sustentável. Novas justificativas para velhas práticas. Mudam os nomes, mas a realidade persiste no campo brasileiro: violência, exploração e devastação. E cinismo também.

A análise empreendida ao longo do presente texto aponta para a subordinação crescente da agricultura brasileira à lógica do agronegócio, com o aprofundamento das agroestratégias, um conjunto articulados de discursos, ações e mecanismos construídos por agências multilaterais e conglomerados financeiros e agroindustriais para incorporar novas terras para a expansão da produção de commodities agropecuárias.

No caso brasileiro, faz parte das agroestratégias a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola. De acordo com esta formulação, no Brasil a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível.” (ALMEIDA, 2009: 68)

Os alvos principais dessas agroestratégias são: áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum. Tais terras, por seu caráter público ou comunal, são vistas como obstáculos a serem removidos para ampliar a oferta de terras no mercado de terras, que passa por um momento de intenso aquecimento, relacionado com o interesse cada vez maior de grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil.

Segundo o autor, as principais agroestratégias em curso são: (1) revisão da definição de Amazônia Legal, com a exclusão dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, possibilitando a incorporação imediata de 145 milhões de ha, fruto da redução da área destinada à preservação ambiental de 80% para 20%; (2) redução de 80% para 50% na área de reserva legal das terras situadas na Amazônia Legal; (3) anistia para quem praticou crime ambiental, evitando que os agronegociantes fiquem sem acesso a recursos públicos; (4) legalização da grilagem através da privatização de terras públicas com até 1500 ha na Amazônia sem licitação – MP 422/2008; (5)

redução da faixa de fronteira de 150 para 50 km, diminuindo as restrições para a compra de terras por estrangeiros; (6) revogação do artigo 69 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 que prevê a titulação das terras de remanescentes de quilombos.

Vale dizer que algumas dessas agroestratégias já são, infelizmente, realidade, como a anistia conseguida na reforma do Código Florestal e a legalização da grilagem de terras na Amazônia via programa Terra Legal.

Consideramos importante acrescentar a esta lista de agroestratégias proposta por Almeida (2009) a proposta de transferir do Executivo para o Congresso Nacional a atribuição para a criação de terras indígenas e a criminalização dos movimentos sociais, levada a cabo pela mídia e pelo Estado brasileiro, vide CPI do MST, pois faz parte dos processos de afirmação do agronegócio, contra os que defendem a democratização da terra no Brasil. Do mesmo modo, podemos acrescentar a resistência do agronegócio à atualização dos índices de produtividade para desapropriação de terras para reforma agrária, pois como afirma Medeiros:

Terras improdutivas ou produzindo pouco fazem parte das necessidades criadas pela expansão das atividades empresariais. Transformá-las em áreas passíveis de desapropriação, com a possibilidade de se transformarem em assentamentos, significa subtraí-las do mercado e excluí-las do cerne desse circuito de reprodução” (MEDEIROS, 2010: 4)

Na contramão das agroestratégias, a defesa da reforma agrária e da justiça no campo tem se associado a outras bandeiras, como a causa ambiental, a soberania alimentar e a luta pela democracia. Vale dizer que esta não é apenas uma luta brasileira, como nos lembra o sociólogo argentino Miguel Teubal:

...la lucha por la tierra y la reforma agraria hacia fines del siglo XX, comienzos del nuevo milenio, constituye una lucha contra el modelo de agricultura industrial o agroalimentario, impulsado por estas transnacionales que dominan tecnologías de punta, canales de comercialización de alimentos, grandes industrias alimentarias, así como también la producción de semillas y productos transgénicos. Surge en consecuencia que la lucha por la tierra es también una lucha en contra de un nuevo establishment surgido en escala mundial que incide sobre múltiples aspectos que atañen a la tierra y al sistema agroalimentario en su conjunto. Es, asimismo, una lucha en contra de toda una cultura impulsada por ese establishment vinculado al mercado y a la mercantilización de la vida misma. (TEUBAL, 2009: 226/227)

Também o paraguaio Miguel Carter associa a luta pela reforma agrária a transformações mais amplas na sociedade, destacando cinco contribuições da luta do MST para o fortalecimento da democracia no Brasil: combate à desigualdade; fortalecimento da sociedade civil; promoção da cidadania; estímulo à participação social e política; produção de utopia. Infelizmente, no que diz respeito à reforma agrária pouco foi feito:

As medidas de reforma agrária adotadas até o momento procuravam satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representaram ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. O efeito distributivo das políticas agrárias do Brasil, apesar de significativo em alguns municípios, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país. Mesmo com as iniciativas promovidas no primeiro governo Lula, a reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, uma das menores de toda a América Latina. (...) No total, esse processo de reforma beneficiou 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total de terras cultiváveis.” (CARTER, 2010: 60/61)

E não foi por falta de terras disponíveis, pois ainda existem hoje no Brasil 120 milhões de ha improdutivos autodeclarados e 172 milhões de ha de terras devolutas (Delgado, 2010).

Ao invés de realizar a reforma agrária nas áreas onde se concentram as lutas pela terra, os sucessivos governos brasileiros empurram as famílias assentadas para a fronteira agrícola, no que denominamos de descolamento geográfico entre as lutas pela terra e a política de reforma agrária (Alentejano, 2004) e outros autores também têm destacado.

...os assentamentos de reforma agrária estão concentrados nas regiões de fronteira e nas partes mais empobrecidas do país (...) Mais de 70% das terras repartidas entre 1985 e 2006 estão na Amazônia, a dizer, na região Norte e os estados vizinhos de Mato Grosso e Maranhão. No entanto, a pressão mais intensa pela reforma agrária aconteceu nas regiões Sul e Sudeste do país. Entre 1988 e 2006, essas duas regiões do país – de fato as mais desenvolvidas e onde o valor das terras é mais alto – registraram a metade das ocupações de terra, mas só tiveram o assentamento de 9% das famílias, numa área total que apenas alcançou os 5% do território distribuído pelo Estado. (CARTER & CARVALHO, 2010: 294)

E assim, chegamos ao século XXI, sem que a reforma agrária tenha sido realizada no Brasil, apesar de prometida por sucessivos governos, ditatoriais ou democráticos. Mas, a luta dos movimentos sociais rurais tampouco permitiu que deixasse de ser um espectro permanentemente presente na pauta política nacional, afinal:

O debate em vigor no Brasil sobre a reforma agrária toca assuntos que ultrapassam a questão fundiária e o desenvolvimento rural. Os assuntos em pauta levantam problemas mais profundos da sociedade brasileira. Na alvorada do século XXI, a reforma agrária continua sendo parte de uma conversação complexa e contenciosa sobre o futuro do Brasil – suas promessas e necessidades, seus temores e sonhos. (CARTER, 2010: 71).

Como forma de fazer avançar efetivamente a reforma agrária, os movimentos sociais e demais entidades reunidas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo defendem o estabelecimento do limite de 35 módulos fiscais para o tamanho da propriedade da terra no Brasil. Com base nessa medida, poderiam ser destinados mais de 200 milhões de hectares para a reforma agrária.

Portanto, não é por acaso que a recém empossada Ministra da Agricultura, representante máxima do agronegócio na condição de presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, diz que não há mais latifúndio no Brasil e o Incra ameaça abandonar a atualização dos índices de produtividade das terras para fins de desapropriação e propor a titulação privada dos lotes dos assentamentos.

Tudo isso faz parte do movimento de expansão do agronegócio, da acumulação por espoliação que marca o avanço cada vez mais intenso do capital sobre a natureza e os direitos dos trabalhadores e dos povos tradicionais.

Mas felizmente os camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos do campo brasileiro têm resistido e se insurgido contra esse movimento do capital e em agosto de 2012 realizaram o *Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas*, com 7 mil participantes de todos os estados do Brasil, reafirmando a luta por uma reforma agrária que contemple os camponeses, indígenas, quilombolas e faça avançar a soberania alimentar no Brasil.

Portanto, a luta pela reforma agrária e a democratização do campo brasileiro segue e com ela a esperança da construção de uma sociedade mais justa em termos econômicos, sociais e ambientais.

Bibliografia

- ABRASCO.** *Dossiê Agrotóxicos*. Rio de Janeiro, ABRASCO, 2012.
- ALENTEJANO,** Paulo. *Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos*. in **CPT.** *Conflitos no Campo Brasil 2003*. Goiânia: CPT, 2004.
- _____. *Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da geografia*. **Terra Livre**, nº. 36. AGB. 2011.
- ALMEIDA,** Alfredo Wagner Berno de. *Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. 2009.
- CARVALHO,** Horacio Martins de. *O camponês, guardião da agrobiodiversidade*. Curitiba, mimeo, 2013.
- CARTER,** Miguel. *Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil*. In **CARTER,** Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- CARTER,** Miguel. *Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e conseqüências*. In **CARTER,** Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- CARTER,** Miguel & **CARVALHO,** Horacio Martins de. *A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST*. In **CARTER,** Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- DELGADO,** Guilherme Costa. *A questão agrária e o agronegócio no Brasil*. in **CARTER,** Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- DELGADO,** Nelson G. & **LEITE,** Sérgio P. *Nota técnica: produção agrícola*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2010.
- FONTES,** Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
- HARVEY,** David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MEDEIROS,** Leonilde S. de. *A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária*. 2010 (Consultado em <http://www.mst.org.br/node/9041>).
- MENDONÇA,** Maria Luisa. *Avança o monopólio da terra para produção de agrocombustíveis*. Revista Caros Amigos, 2010.
- PORTO-GONÇALVES,** Carlos Walter & **ALENTEJANO,** Paulo R. R. *A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos*. in **CPT.** *Conflitos no Campo Brasil 2009*. Goiânia: CPT, 2010.
- SAUER,** Sérgio. *Dinheiro público para o agronegócio*. Brasília: mimeo. 2010.
- SAUER,** Sérgio & **LEITE,** Sérgio Pereira. *A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil*. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2010.
- TEUBAL,** Miguel. *La lucha por la tierra en América Latina*. In **GIARRACA,** N. & **TEUBAL,** M. (coords.). *La tierra es nuestra, tuya y de aquél – las disputas por el territorio en América Latina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.
- WEZS Jr.,** Valdemar João. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2014.